

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL



2006 - 2007

I - Introdução

A Secretaria de Ação Social foi criada através da Lei nº 10.400, de 23 de outubro de 2006, com a finalidade de planejar, implantar, coordenar e programar estratégias e projetos de políticas sociais voltadas para a aproximação do Poder Judiciário da sociedade e ao desenvolvimento da cidadania; realizar estudos e pesquisas objetivando o fortalecimento, a melhoria e a efetividade dos programas de ampliação do acesso à Justiça e desenvolver ações de apoio cultural à magistratura, demais servidores e à comunidade jurídica, mediante promoção de eventos com tal finalidade.

II - Projeto Balcão de Justiça e Cidadania

O exercício de 2006 foi marcado pela retomada do Projeto Balcão de Justiça e Cidadania, que ocorreu em três fases: reestruturação, implantação e divulgação.

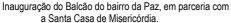
Na fase de reestruturação, no primeiro semestre de 2006, foram efetuados estudos do projeto, planejamento das ações, adequação da legislação existente, busca de entidades parceiras e identificação dos locais para instalações das unidades.

Assim, foi elaborada e aprovada em sessão do Pleno do Tribunal de Justiça a Resolução nº 5/2006, de 17 de abril daquele ano, que deu novo embasamento jurídico ao Projeto, na qual foram fixados os objetivos, competência, forma de organização, atuação e implantação dos Balcões de Justiça e Cidadania.

O Projeto, na sua nova concepção, visa descentralizar serviços judiciais e extrajudiciais, com intuito de encurtar o caminho da população de baixa renda à Justiça, proporcionando orientação jurídica, bem como a solução, por meio da mediação, dos conflitos de interesse relativos a questões cíveis de menor complexidade e de Direito de Família, como separação judicial, divórcio, fixação de alimentos, regulamentação de visitas e dissolução de união estável.

Durante o segundo semestre de 2006, a Coordenação Geral dos Balcões executou o planejamento das novas unidades, identificando os locais para a sua instalação e estabelecendo parcerias com diversas entidades, como o Governo do Estado, Prefeituras, Faculdades, Associações, ONGs, dentre outras, o que resultou na implantação de 10 unidades ainda naquele semestre.







Inauguração do Balcão de Areia Branca, em parceria com a Prefeitura de Lauro de Freitas.

Visando a formalização dos atos processuais, tais como a homologação de acordos, oferecimento de despachos para a ouvida do Ministério Público, processamento das execuções dos acordos não cumpridos, dentre outros, a Resolução nº 5/2006 criou a Coordenação Jurídica, exercida por um Juiz de Direito designado pela Presidência do Tribunal de Justiça, atuando com o suporte da Secretaria Jurídica.

Ainda em 2006, coube à Coordenação Jurídica analisar cerca 9 mil processos originários do antigo Juizado Itinerante, ligado à COJE, dos quais 8 mil ficaram sob os seus cuidados, por se referirem às questões da sua competência, sendo os demais, relativos a causas comuns e a relação de consumo, encaminhados à Coordenação Geral dos Juizados Especiais.

Assim, a Coordenação Jurídica passou a atuar nos processos remanescentes do Juizado Itinerante, lançando-os no sistema SAIPRO e praticando atos processuais, como despachos e expedição de ofícios e mandados, como se verifica na Tabela nº 1 a seguir:

Tabela nº 1 – Atos Processuais Praticados em 2006 pela Coordenação Jurídica							
Mês	Acordos Cadastrados	Despachos Proferidos	Ofícios e Mandados Expedidos	Informações	Orientação	Total	
mai	111	950	12	16	14	1.103	
Jun	0	0	0	0	0	0	
Jul	12	1.250	22	30	44	1.358	
аαо	95	1.015	36	50	30	1.226	
set	80	1.072	38	30	46	1.266	
out	69	1.165	36	35	46	1.351	
nov	21	1.145	40	47	36	1.289	
Dez	5	680	26	43	33	787	
Total	393	7.277	210	251	249	8.380	

Em 2007 foram ampliadas as parcerias iniciadas no exercício anterior e instalados novos balcões, passando o projeto a contar com 35 Balcões em todo o Estado, sendo 23 em Salvador e 12 nas comarcas do interior do Estado (2 na comarca de Feira de Santana, 1 em Teixeira de Freitas, 1 em Lauro de Freitas, 1 em Conceição do Coité, 1 em Itambé, 4 em Barreiras e 2 em Vitória da Conquista). Além disto, estão sendo implantados

mais três balcões, nas comarcas de Correntina, Valença e Eunápolis, com previsão de inauguração para janeiro/2008. As unidades funcionam em espaços cedidos gratuitamente ao Tribunal de Justiça, sendo que algumas telas são integralmente mantidas pelas entidades parceiras.

Tabela	bela nº 2 – Balcões em funcionamento					
	Local	Entidade Parceira				
Capital	Águas Claras	SEDES				
	Bairro da Paz	Santa Casa de Misericordia / Unvahna				
	Boca do Rio	Iareia Metodista				
	Caiazeira XI	Clube das Mães Abelhas Mestras				
	Castelo Branco	SEDES				
	Engomadeira	Comunidade Ascensão do Senhor				
	Federação	SEDES				
	Fazenda Grande II					
	Itapagipe	Federação das Indústrias				
	Itapuã	Prefeitura de Salvador				
	Liberdade	SEDES				
	Lobato	Polícia Militar				
	Mussurunaa 1	SEDES				
	Nordeste de Amaralina	SEDES / Faculdade Ruv Barbosa				
	Pau da Lima	FABAC				
	Pelourinho	Soc. Protetora Desvalidos / Fac. D. Pedro II				
	Pernambués	SEDES				
	Piatã	Fundação Lar Harmonia				
	Plataforma	Associação dos Moradores de Plataforma				
	Rio Sena	Amigos do Parque de S. Bartolomeu				
	Sussuarana Velha	Assoc. Cult. Amigos de Sussuarana				
	Tancredo Neves	Obras Sociais S.Goncalo do Retiro				
	Valéria	SEDES				
	Barreiras - Conj. Hab. Rio Grande	FASB / Prefeitura de Barreiras				
	Barreiras - Morada da Lua	FASB / Prefeitura de Barreiras				
	Barreiras - Santa Luzia	FASB / Prefeitura de Barreiras				
Interior	Barreiras - Vila dos Funcionários	FASB / Prefeitura de Barreiras				
	Conceição do Coité	Prefeitura de Conceição do Coité				
	Feira de Santana - Faz. Menor	FAMFS / Fac. Anísio Teixeira – FAT				
	Feira de Santana – Queimadinha	FAMFS / Fac. Anísio Teixeira – FAT				
	Itambé	Prefeitura de Itambé				
	Lauro de Freitas	Prefeitura de Lauro de Freitas				
	Teixeira de Freitas	Faculdade do Sul da Bahia				
	Vitória da Conquista – CSU	UESB / SEDES				
	Vitória da Conquista – UESB	UESB				

Encontra-se também em atividade o Balcão Itinerante, que funciona em ônibus adaptado e aparelhado, atuando nos locais que não dispõem de unidades fixas, equipamento este também utilizado na divulgação do projeto, especialmente em ações afirmativas desenvolvidas pelo Tribunal ou por entidades da sociedade civil, oportunidade em que são distribuídos ao público cartilhas e demais materiais informativos.



II.1 – Divulgação do Projeto e Elaboração do Material didático

No ano de 2007 foram intensificadas as ações voltadas para a divulgação do Projeto, exercício em que foram confeccionados 45 mil panfletos informativos para distribuição à população, inclusive em diversas ações afirmativas realizadas ao longo do ano. O Projeto também divulgado através de entrevistas concedidas a programas de rádio e televisão. Com a mesma finalidade, foi elaborada a *Cartilha do Balcão de Justiça e Cidadania*, com uma tiragem de 30 mil exemplares, também publicada no site do Tribunal de Justiça.

Foram elaborados o *Manual de Procedimentos dos Balcões*, o *Guia Institucional* e a apostilha *Conhecendo o Balcão de Justiça e Cidadania e o Processo de Mediação*, instrumentos esses facilitadores da atuação dos estagiários e advogados a frente dos balcões, contendo o primeiro deles todos os formulários e modelos de termos de acordo. O segundo contém informações sobre as atribuições dos diversos órgãos públicos, sendo utilizado para a orientação e o correto encaminhamento dos cidadãos e o terceiro contém informações sobre o processo de mediação e legislação aplicável aos casos da competência dos balcões. Esse material encontra-se disponibilizado na página do Balcão existente no site do Tribunal de Justiça.

Foi estabelecida parceria com a Professora **Josefina Ruas**, visando divulgar a Lei Maria da Penha, especialmente junto às comunidades mais carentes, através de palestras e da distribuição da cartilha educativa da sua autoria denominada **Cartilha da Mulher**.



II.2 – Participação em Ações Afirmativas

Além das suas atividades rotineiras, os servidores e estagiários integrantes do Projeto Balcão de Justiça e Cidadania participaram de inúmeras Ações Afirmativas organizadas por emissoras de televisão e rádio, por entidades religiosas e organizações não governamentais, visando divulgar o projeto e fornecer orientação jurídica.



Participação dos balcões em ação afirmativa organizada pela TV Itapoan

II.3 - Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal - Secretaria de Ação Social

Foi realizada a capacitação de 12 turmas envolvendo 400 acadêmicos e bacharéis em direito engajados no Projeto, aos quais foram transmitidas técnicas de mediação de conflitos, bem como orientação relativa aos procedimentos jurídicos.



Capacitação das técnicas de mediação e procedimentos jurídicos realizada em maio de 2007.

Além disto, as atividades desenvolvidas nos balcões contribuem para o desenvolvimento dos acadêmicos do curso de Direito, não somente quanto à prática jurídica, como também quanto ao emprego de técnicas de mediação de conflitos. A participação dos estudantes na solução de divergências, sobretudo na área do Direito de Família, tem contribuído para a formação e amadurecimento desses futuros profissionais, permitindo-lhes uma visão mais humanista do Direito.

Curso sobre Técnicas Autocompositivas ministrado pelo Juiz André Gomma em outubro de 2007.



Foi apresentado pelo coordenador da ONG Comunicação Não-Violenta, Dominic Barter, um retrospecto histórico da Justiça Restaurativa comprometida com a resolução de conflitos, o papel da comunicação não-violenta e das responsabilidades comunitárias no universo jurídico.

Palestra proferida por Dominic Barter sobre o tema Justiça Restaurativa e Comunicação Não-violenta



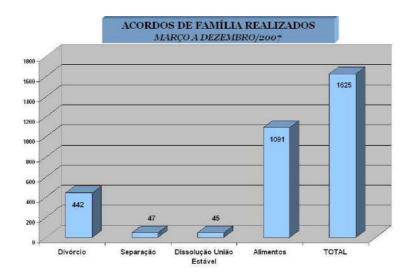
II.4 - Apresentação do Projeto na AMB

Por indicação de comissão formada por membros da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o Projeto Balcão de Justiça e Cidadania, junto com o do Núcleo de Conciliação Prévia, foi escolhido com um dos projetos de maior alcance social do país, sendo apresentado aos membros da Comissão Científica do CNJ e aos demais representantes dos Tribunais de Justiça dos demais Estados da Federação, em reunião realizada na AMB no em julho de ano 2007, e posteriormente, publicado na revista "Guia das Melhores Práticas da Gestão Judiciária".

II.5 – Resultados Alcançados

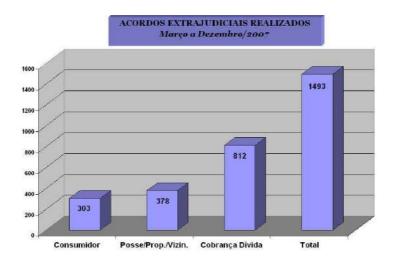
Acordos Judiciais - Direito de Família

A atuação dos Balcões em 2007 resultou na celebração de 1.625 acordos na área do Direito de Família, conforme gráfico a seguir:



Acordos Extrajudiciais

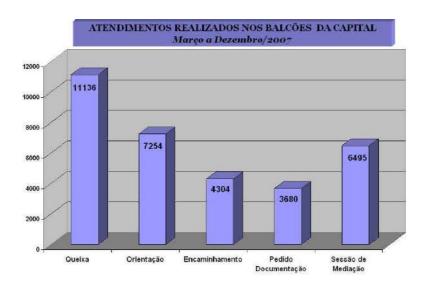
Além dos acordos judiciais no campo do Direito de Família, foram celebrados 1.493 acordos relativos a matérias cíveis de menor complexidade, sendo 303 alusivos à Relação de Consumo, 378 relativos a Direito de Vizinhança, posse e propriedade de bens imóveis e 812 referentes à ação de cobrança, conforme ilustrado no gráfico a seguir:



A realização dos acordos judiciais e extrajudiciais, no total de 3.118 casos, significa que a atuação dos Balcões evitou o ajuizamento de igual número de demandas perante as Varas de Família e Juizados Especiais.

Atendimento e Fornecimento de Orientação Jurídica

Também em 2007, verificou-se um crescente aumento de queixas, fornecimento de orientação jurídica, encaminhamento, pedido de documentação e realização de sessões de mediação, conforme gráfico a seguir.



III - Projeto Cultural

Regulamentado através do Decreto Judiciário nº 23/07, publicado no Diário do Poder Judiciário de 25 de julho de 2007, também se encontra sob a coordenação da Secretaria de Ação Social, o **Centro Cultural** do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que tem como finalidade promover a integração da arte e cultura entre o Tribunal e a comunidade em geral, destinando espaço à realização de eventos artísticos, culturais, literários e correlatos.

Foram realizadas 49 exposições de pinturas, esculturas e artesanato em geral, 22 em 2006 e 27 no ano de 2007. Ainda em 2006, foram realizadas 3 apresentações do Projeto Camerata, da Orquestra Sinfônica do Estado da Bahia, abertas aos servidores e ao público em geral.

Cumprindo o regulamento do Centro Cultural, os expositores e autores efetuaram doação de obras ao acervo cultural e literário. Os quadros e esculturas encontram-se expostos nas dependências do Tribunal de Justiça e as obras literárias foram encaminhadas às bibliotecas do próprio Tribunal e do Fórum Ruy Barbosa.

Foram recebidos em doação 20 quadros, no valor estimado de R\$ 12.555,00 e 4 objetos de arte (esculturas, cerâmica, velas e oratório), no valor estimado de R\$ 1.060,00¹.



Obras doadas ao acervo do Tribunal pelos artistas Paulo Francisco da Silva, Joselita Borges e Carmem Peixinho

Foram ainda efetuadas exposições de trabalhos de arte e artesanato criados pelos servidores do Poder Judiciário, expostos em Bazar de Natal, 4ª edição, que tem como finalidade promover a integração e o estímulo dos servidores na criação de trabalhos de arte.

da Silva, Roberto José de Jesus, Rose Maria Nascimento, Rose Schenkel,

¹ Artistas que efetuaram doação de obras: Ana Regina Teixeira de Carvalho, Antonieta de Souza Silva, Antônio Fernandes, Anúbis Cedraz, Carmem Peixinho, Cleber Garboggini Cardoso, Ed Ribeiro, Elizabete Lina Miotta, Eronildes da Silva Bacelar, Honaria Zózima Marqes Martins, Joselita Borges, Judite Coralina, Leoni Serpa Santana, Maria Conceição Miranda, Maria de Lourdes Almeida Dórea, Marileide Araújo, Paulo Ferraz da Silva, Paulo Francisco Marques Lima, Paulo Francisco

Durante o Bazar de Natal, os servidores participam também da Campanha Natal, Solidariedade e Paz, que visa arrecadar material de higiene pessoal para ser distribuído pela Pastoral Carcerária aos presidiários que não possuem família em Salvador. 65 servidores participaram como expositores no Bazar realizado no ano de 2006. Em 2007, essa participação alcançou o número de 74 inscritos, dentre servidores, prestadores de serviços, artistas, artesãos, associação Oficina de Esperança e Harmonia, além de crianças assistidas pelo Projeto Caminhar, do Juizado de Menores.



Bazar de Natal realizado em dezembro de 2007

Em dezembro de 2007 foi realizada a I Semana Literária do Tribunal de Justiça da Bahia, com o propósito e divulgar obras literárias, estimulando o hábito da leitura entre os servidores e o público. O evento contou com a participação dos escritores Gilberto Amarante, Maria do Carmo Salomão, Antônio Cedraz, Aurélio Shommer, Marilza Vieira de Matos e dos editores Livraria Antônio Araújo, Editora da Universidade Federal da Bahia – EDFBA, Turma do Xaxado, CABAL Escritores Independentes (Câmara Baiana do Livro), Barros Lima Representações, Galeria do Livro e da gráfica do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária - IPRAJ, que expôs as obras confeccionadas pelos órgãos do Poder Judiciário.

IV - Considerações Finais

O Projeto Balcão de Justiça e Cidadania inibiu o ajuizamento de um número considerável de ações pelas camadas menos favorecidas da sociedade, contribuindo para a solução de diversos conflitos na área de Família, Causas Comuns e Defesa do Consumidor, permitindo o acesso fácil, gratuito e inovador à Justiça, uma vez que as lides são solucionadas nos próprios bairros e apenas depois de celebrados os acordos é que são praticados os atos processuais pela Coordenação Jurídica, tais como distribuição, autuação, homologação, expedição de mandados, dentre outros.

Desta forma, o Projeto funciona como um instrumento eficaz para evitar o estrangulamento dos Juizados Especiais e Varas de Família, funcionando também como um núcleo de orientação jurídica e de encaminhamento dos jurisdicionados.

Ao longo do ano, constatou-se que as ações de divulgação permitiram o melhor conhecimento do Projeto pela população, o que, consequentemente, resultou no crescente aumento da demanda pelos serviços oferecidos através das 35 unidades distribuídas no estado da Bahia.

As palestras sobre temas como a Lei Maria da Penha, papel do Poder Judiciário e sobre o funcionamento dos próprios Balcões, oferecidas nos bairros e organizadas pela Secretaria de Ação Social, tiveram por objetivo a construção de uma consciência cidadã, incentivando a prática do respeito ao direito do outro, na busca de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Por fim, a atuação da referida Secretaria não somente aproxima o Poder Judiciário da população, como também permite a sua interação com várias entidades, desde artistas, servidores, associações de bairro, entidades religiosas, Polícia Militar, órgãos governamentais, como secretarias de estado e prefeituras, tornando mais dinâmicas e integradas as ações do Poder Judiciário junto à sociedade civil.



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - TJBA

S

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia - 5ª Avenida do Centro Administrativo (CAB) nº 560, 3º andar, sala 301 - Sul, CEP: 41746 - 900, Salvador - Bahia.

Tels.: (71) 3372-5039 e 3372-5036 FAX: (71) 3372-5035

E-Mail: acaosocial@tj.ba.gov.br